

REQUERIMENTO N.º

5154


*Requer que seja transcrito para os Anais desta Casa o Edital publicado no Jornal Diário do Nordeste, intitulado: Moradias precárias.*

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O Vereador Alípio Rodrigues no uso de suas atribuições legais e na forma regimental vem, com o devido respeito e acatamento, após, ouvido o Plenário requerer a Vossa Excelência que seja transcrito para os Anais desta Casa o editorial publicado no Jornal Diário do Nordeste do dia 10 de novembro de 2013, intitulado: *Moradias precárias.*

Requer, ainda, que da decisão desta Casa dê-se conhecimento a Exma Sra. Eliana Gomes, Presidente da HABITAFOR a Rua Nogueira Acioly, 14000, 1º andar – Centro.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM  
12 DE novembro, DE 2013.

  
Alípio Rodrigues  
Vereador do PTM

DEPTO. LEGISLATIVO  
RECEBIDO

VEREADOR ALÍPIO RODRIGUES – GABINETE 28

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Bairro Luciano Cavalcante.

Fone: 85.3444.8353 / 3444.8300

Caixa Postal 2671 – CEP: 60.810-460 - Fortaleza-CE

13 NOV. 2013

12/12 N.º de fls. 01  
Servidor Rodrigues

# Moradias precárias

O verdadeiro mapa das moradias precárias, distribuídas pelo País, acaba de ser divulgado pelo IBGE, reunindo 11,4 milhões de pessoas vivendo em bairros construídos à margem do planejamento urbano. A pesquisa "Aglomerados Subnormais - Informações Territoriais" dimensiona a questão da moradia popular.

Pelas informações analisadas, há um abismo social grande separando nas cidades os moradores das favelas, guetos, aglomerados, mocambos e loteamentos, pelas condições de habitabilidade, renda e infraestrutura. A maioria vive em áreas de risco, situadas próximo dos lixões, aterros sanitários ou de áreas contaminadas, e nas proximidades de linhas de alta tensão ou de oleodutos.

O levantamento comprovou, também, outras particularidades, como a maioria dos moradores dos imóveis precários dispendo de aparelhos de televisão e de telefones celulares; a distância da escola regular, especialmente dos cursos universitários e do trabalho formal com vínculo empregatício. Essas contradições não preocupam seus moradores, voltados para outros níveis de aspirações.

Os aglomerados urbanos expandidos

resultaram da forte migração campo-cidade, iniciada desde os anos 50, mas acentuada, cada vez mais, nas décadas de 70 e 80. Até a metade do século passado, o Brasil ostentava o título de país rural, por ter no campo 70% de sua população. A partir dos anos 50, começaram as migrações e, com elas, a mudança de perfil de país rural para urbano, como hoje se caracteriza.

Para fins de pesquisa, o IBGE define aglomerado subnormal como sendo "uma área ocupada irregularmente por certo número de domicílios, caracterizada, em diversos graus, por limitada oferta de serviços urbanos e irregularidade no padrão urbanístico". Foram justamente essas áreas relegadas a plano secundário nos grandes centros urbanos os espaços ocupados pelos assentamentos dos grupos migrados de regiões interiores.

Pela pesquisa, 77% dos domicílios localizados nas áreas de moradia informal, precária, pobre e com serviços deficientes, estão situados em Regiões Metropolitanas com mais de 2 milhões de habitantes. E mais: 59,4% da população desses aglomerados estão localizados em cinco grandes centros urbanos: São Paulo (18,0%), Rio (14,9%), Belém (9,9%), Salvador (8,2%) e Recife (7,5%).

Quatro outras metrópoles acomodam 13,7% dessa população de baixa renda: Belo Horizonte (4,3%), Fortaleza (3,8%), Grande São Luís (2,8%) e Manaus (2,8%). Problema complexo, a solução da moradia para as camadas populares envolve questões além da renda do mutuário, como o hábito de boa parcela dos beneficiários se desfazer dos imóveis, voltando a ocupar as áreas de risco.

O Sistema Financeiro da Habitação acumulou soluções inteligentes para os diversos públicos situados em torno dos programas chamados de interesse social. Uma das saídas operacionais foi a divisão por classes de renda, padrão de imóvel, valor da prestação mensal e transferência dos custos dos equipamentos comunitários para os governos estaduais e municipais.

Outra saída foi a criação de um programa específico, denominado de João de Barro, no qual o mutuário comprometia, apenas, 20% de sua renda mensal. Os imóveis, planejados em três modelos, permitiam sua ampliação na medida do crescimento da renda do adquirente. O problema continua desafiador, em razão do descompasso entre a oferta do padrão de interesse social e sua elevada demanda. O agravamento é crescente.